

# **O Rio de Janeiro “nordestino”: representações, subjetividades e saberes sobre a cidade**

## **Rio de Janeiro “nordestino”: representations, subjectives and knowledge about the city**

## **Rio de Janeiro “nordestino”: representaciones, subjetivos y conocimientos sobre la ciudad**

---

**Elis Regina Barbosa Angelo<sup>1</sup>  
Isabela de Fátima Fogaça<sup>2</sup>  
Conceição Aparecida Barbosa<sup>3</sup>**

---

Recebido em: 18/8/2019  
Aceito para publicação em: 13/2/2020

---

<sup>1</sup> Pós-doutora, doutora e mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Professora associada no curso de Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro, mestra em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora associada no curso de Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ.

<sup>3</sup> Doutora em Filologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestra em Linguística pela USP, graduada em Letras pela USP e em Direito pela Universidade de Santo Amaro (Unisa). Professora adjunta do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Resumo:** Este artigo assenta-se na análise dos “territórios culturais nordestinos do Brasil fora do Nordeste”, especificamente buscando compreender a formação simbólico-cultural deles para a cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco a Feira de São Cristóvão. Como encaminhamentos teórico-metodológicos, foram elaborados levantamentos de cunho bibliográfico, com ênfase na análise dedutiva, servindo-se da história oral, cujo destaque se dá aos depoimentos de sujeitos que têm na migração seu protagonismo de vida, do cotidiano e do trabalho. A esses territórios físicos, culturais e sociais e suas imagens na cidade se vinculam as representações e a (re)invenção de si no lugar, no tempo e na relação com o outro, afirmando por meio da legitimação cultural a preservação da cultura popular nordestina e seus signos.

**Palavras-chave:** migração nordestina; Rio de Janeiro; patrimônio; memória; lugar.

**Abstract:** This article is based on the analysis of the “Brazil’s Northeastern cultural territories out of the Northeast” and specifically tries to understand the symbolic-cultural formation of these territories for Rio de Janeiro city, focusing on São Cristóvão’s Fair. As theoretical-methodological referrals, bibliographical surveys were elaborated, emphasizing on deductive analysis, using the oral history, which highlights the testimonies of subjects who have in migration their protagonism of life, daily life and work. These physical, cultural and social territories and their images in the city are linked to their own representations and (re)invention in place, in time and in relation to each other, affirming through cultural legitimation the preservation of the Northeastern popular culture and its signs.

**Keywords:** Northeastern migration; Rio de Janeiro; patrimony; memory; place.

**Resumen:** Este artículo sigue el análisis de los “territorios culturales de los pueblos nordestinos de Brasil fuera del Nordeste” y busca específicamente comprender la formación simbólico-cultural de esos territorios para la ciudad de Río de Janeiro, centrándose en la Feria de San Cristóbal. Como referencias teórico-metodológicas, se elaboraron investigaciones bibliográficas, con énfasis en el análisis deductivo, utilizando la historia oral, que destaca los testimonios de sujetos que tienen en la migración su protagonismo de la vida, de la vida cotidiana y del trabajo. Las representaciones y (re)inventos de si mismos en el lugar, en el tiempo y en relación con el otro están vinculados a esos territorios físicos, culturales y sociales y a sus imágenes en la ciudad, afirmando por medio de la legitimación cultural la preservación de la cultura popular nordestina y sus signos.

**Palabras clave:** migración nordestina; Rio de Janeiro; patrimonio; memoria; lugar.

## INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro passou, em sua história, por significativas transformações<sup>4</sup> que reconfiguraram a metrópole e definiram, como uma das suas características, um cenário de desigualdade e exclusão social, especialmente pelos problemas de habitação, uso e ocupação do solo.

A problemática urbano-social é disseminada sob a luz de uma retórica que reforça dados associados à aceleração do crescimento e da pobreza, cristalizados em processos como o fim

---

<sup>4</sup> Ver Lessa (2001, 2005), Azevedo (2002, 2015), Vainer (2009), entre outros.

da escravidão<sup>5</sup>, movimentos migratórios (com destaque ao nordestino, relacionados ao êxodo rural e à modernização das cidades por meio da construção civil)<sup>6</sup>, entre outros<sup>7</sup>, que, alinhados à falta de ordenamento espacial, foram cruciais para a derradeira crise socioestrutural do Rio de Janeiro.

Souza (2003) destaca esse processo de urbanização, que gerou a realidade da cidade carioca contemporânea, a partir do desmonte dos cortiços espalhados pelo município e empurrados para um novo agrupamento social:

No final do século XIX e início do século XX, houve o desmonte dos cortiços que ao tentar afastar os empobrecidos dos espaços nobres acabou potencializando a expansão de um novo tipo de agrupamento habitacional que vinha surgindo – as favelas, que passaram, também, a ser “perseguidas”, devido a razões mais variadas, durante todo o século XX (SOUZA, 2003, p. 48).

Lessa (2005) também diz que a cidade foi cenário de migrações desde o início do século XIX, com a vinda dos portugueses, que quantitativamente formaram a maior parte da sociedade carioca<sup>8</sup>. A partir de meados do século XX, o contingente de migrantes, oriundos do Nordeste do Brasil, origina outros espaços e territórios, que se multiplicam em novos pontos de concentração de pobreza.

Assim, tais processos (reformas e imigração em seus diversos contextos), além de mudar o perfil “da tão sonhada cidade para se viver”, esvaziaram as expectativas “de comprovante das potencialidades do país” para ser um “testemunho dos desequilíbrios e distâncias socioeconômicos nacionais” e “paradigma de má qualidade da vida urbana” (LESSA, 2001, p. 14).

Nesse sentido, de acordo com Vainer (2009), o processo de urbanização apresentou, a partir dos anos 1950, um significativo crescimento da periferia e das favelas na cidade do Rio

<sup>5</sup> Segundo Abreu (2003), o legado desse processo social foi, aos poucos, trazendo relações de pobreza e de exclusão, haja vista a falta de políticas inclusivas ou de reordenamento urbano e econômico para esses sujeitos, que desde os anos de 1888, ainda durante o Império do Brasil, com a assinatura da Lei Áurea, sofrem com a ausência de planejamento de integração do ex-cativo à sociedade. Nesse ínterim, no Rio de Janeiro um número significativo de ex-escravos negros, trabalhadores imigrantes, vendedores ambulantes, entre outros, começava a formar um novo cenário de precarização física dos espaços socialmente vividos.

<sup>6</sup> Para tratar sobre o Rio de Janeiro “nordestino”, focamos no período em que a cidade recebeu o maior contingente migratório: o período entre os anos de 1950 e 1980. Esse processo ocorreu por causa, especialmente, da industrialização do Sudeste a partir da década de 1950, associada à busca por melhores condições de vida distante das grandes secas e da política de desprestígio da Região Nordeste. Segundo Rua (2003), esse movimento relaciona-se, ainda, ao modelo dualista de desenvolvimento, em que o campo é atrasado e a cidade é moderna (a partir da década de 1940, com forte influência na de 1970). É importante também mencionar a urbanização e a modernização da construção civil no Rio de Janeiro, com a construção de estradas, metrô etc.

<sup>7</sup> Segundo Martine (1995), o processo de migração até 1980 tem como características: a expulsão das áreas tradicionais de migração (Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina); a migração para os núcleos industriais – São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1970); a migração para a fronteira consolidada, que inclui Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1940 e 1960; e a migração para a fronteira em expansão: Região Norte, como um todo, e Mato Grosso, com início na década de 1970.

<sup>8</sup> No início do século XIX a sede monárquica de Portugal foi transferida para o Brasil. Assim, em 1808 a família real chegou ao Brasil, e com ela foi trazida uma comitiva de mais de 10 mil pessoas, compondo a corte no Rio de Janeiro.

de Janeiro, expressivamente nos morros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE *apud* MARTINE, 1995), na região metropolitana o crescimento migratório teve seu apogeu entre os anos 1950 e 1980, quando entraram na região cerca de 800 mil sujeitos (censos de 1950-1980)<sup>9</sup>.

É importante destacar que, embora fluxos de retorno tenham sido percebidos pelos censos dos anos 2000, ampliados pela reestruturação de políticas econômicas dos anos 1990<sup>10</sup>, a história da cidade do Rio de Janeiro está entremeada pela migração e a exclusão social, dirigidas a classes sociais específicas, com expressiva quantidade de nordestinos que vivem nas áreas periféricas. Nessa esfera, o Nordeste do país passa a ser uma região que, indiferentemente de números, adequadamente revelados sobre cada Estado/cidade e região de onde partiram, é considerada ícone de mobilidade humana, favorecida durante anos de atração ao Sudeste. Destarte, a cidade do Rio de Janeiro, expressiva em números de nordestinos, teve significativa influência dessa população migrante no desenvolvimento de seus bairros e territórios, a qual (trans)formou e/ou (re)construiu espaços com nova produção simbólica, cultural, econômica e social.

Nesse sentido, esta perspectiva de investigação assenta-se na análise dos “territórios culturais nordestinos fora do Nordeste”, pautada na formação conceitual de Muniz Sodré (2002), em que a leitura da cidade perpassa as relações sociais vividas e se constrói por meio das trocas, identificações e mesmo (re)criações exemplificadas pela relação lugar *versus* sujeito, imbricados nas relações de experiência, pertencimento e reinvenção.

Com base em fontes bibliográficas sobre as migrações, com ênfase na análise dedutiva, foi sendo interpretado o cenário que porventura tenha assimilado as referências culturais e geográficas desses sujeitos, e, por meio de suas histórias de vida, se buscou nos depoimentos produzidos a composição das narrativas, trajetórias e experiências, por intermédio da história oral (PORTELLI, 2001), a fim de analisar as suas representações e seus sentidos temporalmente.

## ALGUMAS PONDERAÇÕES

Ao analisar a influência da imigração nordestina na formação de territórios culturais no Rio de Janeiro, torna-se plausível discutir a denominação “Nordeste” pelos sentidos desse conceito na configuração de sujeitos e identificações, não tentando cristalizar a regionalização do país em esferas e dimensões, mas buscando desconstruir essa forma de pensar, ao reorganizar a ideia de “território produzido”.

Ao considerar que “o estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 22), o referencial pelo qual o “Nordeste” é visto como espaço saudoso àqueles que migraram, muitas

<sup>9</sup> Nos anos 1970 a 1980, a metrópole fluminense recebeu cerca de 758 mil migrantes vindos de outras regiões (Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina), número que reduziu para 573 mil entre 1980 e 1991, uma vez que a população imigrante na capital foi decaindo, paulatinamente, a partir da década de 70 (MARTINE, 1995).

<sup>10</sup> Segundo Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 142), “entre 1997 e 2001, cerca de 248 mil pessoas retornaram ao Nordeste [...], sendo que, desse total, 150,2 mil pessoas provenientes da região Sudeste. De um lado, as crises econômicas que marcaram toda a década de 90 aumentaram as dificuldades de inserção, ou mesmo de manutenção laboral, nos grandes centros urbanos – e, assim, favoreceram a intensificação do retorno ao Nordeste”.

vezes carregado do termo revolta<sup>11</sup>, conotado imagetivamente pela discriminação, nasce no século XX e a partir daí desenvolve uma imagem representativa.

A ideia e o discurso de Nordeste disseminados pela mídia, assumidos temporalmente pelos nordestinos na descrição das misérias e das lamúrias da seca, foram paulatinamente fazendo parte do imaginário apregoado em discursos de poder. Todavia, para muitos dos migrantes, em suas narrativas o Nordeste não se forma por esse espaço geograficamente situado, mas pelo “múltiplo” território de sofrimento, escassez, esperança e outros adjetivos que cabem como representações do “ser nordestino” na configuração do espaço social vivido, perante as adversidades historicamente compostas.

Nessa perspectiva, algumas abordagens produzidas em críticas socioantropológicas, como as de Gilberto Freyre (1985, 1996), traduzem o pensamento político ideológico, do Nordeste, com traços significativos de um legado do passado rural oligárquico, marcado pela conjuntura econômica e política que trouxe como herança uma força tradicional contraposta à modernização do século XX.

Ao contrapor os discursos de tradição e modernização, encontra-se o conceito criado para as gerações posteriores, pautado “na esfera cultural”, na nova configuração da sociedade, assolada pela economia das trocas, como menciona Bourdieu (1993), compactuando com a ideia de que a modernidade está calcada no que Simmel (1977) considera a base de troca de todas as relações, ou seja, “*d’argent*”, ou o dinheiro.

Dessa forma, as migrações e demais dissociações socioeconômicas, que vão formando novos territórios, descrevem novos cenários sociais, como é o caso do Rio de Janeiro “nordestino”, inserido na configuração de um país que carregava, nos anos 1950, o *slogan* “crescimento, desenvolvimento e progresso”, pelo qual a migração redesenha espaços, territórios e experiências (ANGELO, 2017).

Nessa ambivalente representação, forma-se um processo de (re)invenção, conceituado pela necessidade de fortalecer a esfera cultural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 307), enquanto instrumento de luta e de afirmação, inclusive a luta pela valorização da identidade, almejada cada vez mais num mundo global e, ao mesmo tempo, sobrepujada de estereótipos constituídos como elementos formadores de opinião e de discriminação.

Entretanto, ao pensar nessa possibilidade de discursos, a patrimonialização e/ou o consumo turístico, muitas vezes organizado em forma de espetáculo, corroboram forças capazes de reinventar os lugares e as próprias experiências dos sujeitos pela difusão do que Alain Bourdin (2005 *apud* LEMOS, 2008) chama de metrópole dos indivíduos, na qual o patrimônio passa a ser uma forma de animação, transformado em objeto de ação, lazer e espetáculo.

Nessa associação entre migração, cidade, patrimônio e turismo (consumo), especialmente pela análise sociológica de que esse fenômeno precisa suscitar qual seria o lugar do turismo nos modos de vida e na dinâmica das cidades contemporâneas, Bourdin (2005 *apud* LEMOS, 2008) indaga também sobre o significado da memória, uma vez que, nos discursos produzidos pelo turismo, o patrimônio passa a ser valorizado por sua mercantilização.

Assim, na confluência da dissonância sobre a regionalização do conceito de Nordeste, além da utilização da ideia de luta pela valorização da identidade nordestina, disseminada aos quatro cantos, corrobora-se a mensagem ditada pela transformação do espaço urbano, dos processos de patrimonialização e do consumo cultural a ser analisado na cidade.

A preocupação com as identidades forjadas sobre discursos nacionalistas e regionalistas, contrapondo-se com o conceito de “novo”, “moderno” e “global” *a posteriori*, encontra-se alinhada aos estereótipos a serem enaltecidos, ora com o saudosismo, ora com a luta pela valorização das identidades, que inclui “culturas” no seu aspecto mercantilizante de

<sup>11</sup> Essa concepção de espaço de saudade e revolta foi desenvolvida por Albuquerque Júnior (1999) em sua tese de doutorado sobre os nordestinos, especialmente sobre a invenção do Nordeste.

modernidade, ao mesmo tempo em que produz novas oportunidades de transformação urbana.

Na organização desses territórios<sup>12</sup> nordestinos, formam-se os processos simbólico-territoriais de valorização e reinvenção de práticas culturais na cidade, no bairro e no lugar onde se alinham novas leituras sobre a sociedade, especialmente nos bairros onde há maior concentração do grupo, como São Cristóvão, no município do Rio de Janeiro, visto que, segundo dados do IBGE (2010), 1,2 milhão de migrantes nordestinos vivem ali.

Logo, territórios como a Feira de São Cristóvão e seu entorno possuem cenários que funcionam como expressões tipicamente nordestinas, onde, de certa forma, se confirma a “preservação da cultura nordestina”, por meio tanto das expressões como dos gostos, sabores e sentidos apregoados aos símbolos regionais dos estados.

A história da Feira de São Cristóvão se escreve por meio de narrativas colhidas no campo da memória individual que reelabora as memórias coletivas. Trata-se de um conjunto de histórias em circulação através de diferentes suportes que contam a origem e a trajetória daquele espaço, fortemente identificado com a memória da migração nordestina na cidade do Rio de Janeiro (NEMER, 2012, p. 216).

Assim, este artigo funda-se na ideia de formação simbólico-cultural dos territórios para a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo tentando perceber como as migrações influenciaram a conformação dos bairros, num processo histórico de formação e transformação das conjunturas ideológica, política e econômica às quais a cidade foi e é submetida.

## A CIDADE, A MIGRAÇÃO NORDESTINA E O SEU PATRIMÔNIO

As características da migração nordestina no Rio de Janeiro são intrinsecamente ligadas ao processo identitário dos sujeitos históricos que corroboraram a constituição e a transformação da cidade e de suas experiências em territórios culturais.

Nos discursos dos sujeitos, nas suas memórias e nas ações, percebe-se um reconhecimento de traços culturais que se caracterizam a partir dos lugares que representam a produção de sentidos, como os territórios de saberes, práticas e simbolização cultural, como a própria Feira de São Cristóvão. Nessa perspectiva, pode-se dizer que

os espaços transformados em territórios imaginados, como a própria feira, a academia do cordel e outros lugares construídos ou constituídos como expressões da cultura nordestina, compõem a vida cotidiana dos sujeitos sociais que o transformam em espaço vivido e experienciado, cujas características vão além das identidades, pois, conferem a este um papel actancial, cujo valor atribuído depende das aceitações e subjetividades que atentam para uma caracterização muitas vezes forjada, privilegiando aspectos que fornecem dados de uma leitura sobre o lugar (ANGELO, 2017, p. 6).

A produção dos sentidos que confere ao território os traços, as formas e os critérios de elaboração define as características pelas quais a sociedade se assemelha ou se diferencia,

<sup>12</sup> Para Henry Lefebvre (1986), o conceito de território entrecruza o cotidiano e a relação dos indivíduos com o espaço e sua produção, considerando nuances como o âmbito social, cultural e econômico. Além das relações sociais vividas e sua contribuição para a análise do espaço urbano, nasce das relações formadas do produto social e político, das lutas e dos enfrentamentos.

sobretudo pelos próprios grupos que a formatam, pois, assim, o sujeito da ação consegue conceber as feições do que representa a sua história, suas memórias e seu passado, no caso dos (e/i)migrantes. Dessa forma, compreender a formação da vida cotidiana nos territórios culturais nordestinos da cidade requer traçar a base de referências acerca do processo a ser desvendado.

Esse desvendar de reconstruções entrecruza-se com a própria história de formação e urbanização da cidade, na qual as décadas de 1930 a 1980 conferem aos movimentos de deslocamentos à Região Sudeste um lugar ímpar de atração, com atenção para a industrialização (tendo como base São Paulo) e para melhores oportunidades (no que se inclui o Rio de Janeiro), contrapondo-se aos movimentos de repulsão do Nordeste, com as secas e seus desdobramentos, formando cenários quantitativos de saídas em contingentes expressivos, conforme aponta Valim (1996) acerca desse movimento.

Brito (2006) também diz que esse crescimento tem continuidade *a posteriori*, pois os números da migração condizem com as relações de transformação da cidade de atração, já que parte do montante de 43 milhões de pessoas que saíram do Nordeste, entre 1960 e 1980, formou significativa parcela da população do Rio de Janeiro.

As identidades<sup>13</sup> na formação dos novos espaços, múltiplas e plurais, traduzem sentidos e sentimentos que, de certa forma, condizem com discursos produzidos no âmbito da esfera mercantil da cultura e se contradizem, em outros momentos, pela vivência, experiência e pelas representações do grupo<sup>14</sup>, e esses grupos, na maioria das vezes, formam-se do próprio processo de territorialização.

No caso da feira de rua que havia no exterior do atual pavilhão de São Cristóvão ou Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, conhecido na atualidade como Feira de São Cristóvão<sup>15</sup>, ela passou a ocupar o espaço interno e a ressignificar-se no Rio de Janeiro com a ideia de “preservação da cultura nordestina” e com o intuito de “reforçar a identidade sócio-cultural do nordestino na medida em que, nesse local, eram reproduzidas práticas enraizadas na própria história do nordestino migrante” (PANDOLFO, 1987, p. 47).

A feira garantia o elo com os nordestinos, já espalhados pela cidade e pelo estado, e nasceu na proposição de chegada desse migrante à cidade em consonância com o estabelecimento de relações com a terra natal, com os sujeitos e demais coparticipantes da vida cotidiana dos recém-chegados. Assim, promove até hoje a sociabilidade, os vínculos de trabalho, de lazer, e

<sup>13</sup> “Talvez seja possível dizer que o Nordeste do Brasil, como espaço de limites simbólicos definidos, tampouco exista. Permanece, em todo caso, como repositório de símbolos, mitos, técnicas, imagens e procedimentos que o confirmam como um partícipe da diversa, complexa e impura herança cultural do mundo. E se é pouco prudente tentar estabelecer os contornos precisos de uma ideia de Nordeste no mundo contemporâneo, pode-se afirmar, com alguma segurança, que as distinções dicotômicas presentes em debates travados na primeira metade do século XX (tradição *versus* europeização, regionalismo *versus* modernismo) não mais fazem sentido. As produções de seus artistas não buscam afirmar a identidade de um território com fronteiras rígidas nem têm pretensões de nacionalizar o que é falado de um lugar do país. Somadas, apenas participam, de uma posição específica, dos embates transculturais que a globalização ativa” (ANJOS, 2005, p. 69-70).

<sup>14</sup> “Mesmo com os espaços de vida permanecendo fixos, os locais vividos, nos quais se articulam e se criam os produtos culturais que registram a individualidade de grupos, sofrem um processo permanente de desterritorialização e estranhamento, de desordem da geografia e de liberdade temporal específicas, em que se fundam e afirmam os sistemas de representação” (ANJOS, 2005, p. 12-13).

<sup>15</sup> A feira tem sua origem na década de 1940, quando nordestinos, retirantes em busca de melhores condições de vida, chegavam ao Campo de São Cristóvão e ali encontravam seus conterrâneos. O ponto virou referência para os encontros; ali se vendia de tudo que se trazia do Nordeste e, também, era um lugar em que festas com música e comida regional existiam. A feira permaneceu na rua até 2003, quando passou para o interior do pavilhão (ANGELO, 2017).

fortalece também a valorização das identidades e identificações de si, corroborando a ideia de atuação na adaptação do nordestino ao Rio de Janeiro.

Como menciona Barros (2014, p. 106), as trocas efetuadas nesse cenário rural-urbano de feira, de rua e de espaços informais cumpriram, nos moldes nordestinos, as antigas “relações de trocas e sobrevivência por meio da feira”<sup>16</sup> que identifica o povo sertanejo, demonstrando suas formas, rituais e amplitude de significados.

Os símbolos e as relações de sociabilidade e informalidade caminhavam com o migrante para a cidade do Rio de Janeiro, e, no campo de São Cristóvão, ao chegarem nos “paus de arara”, definiam um novo cenário com suas expressões, lutas e experiências, reveladas nas novas relações com a terra, os saberes e as identidades do seu “povo”. Ainda que seus significados estivessem em fase de adaptação, nesses anos de chegadas e assentamentos as formas de inter-relações oriundas da terra natal iam traduzindo a vida cotidiana dos protagonistas dessa história, carregadas de experiências que evidenciavam suas origens e suas escolhas, dentro de um universo de possibilidades apregoadas ao grupo a que pertence social e economicamente o sujeito.

No que se refere ao patrimônio migrante, pode-se dizer que, assim como os deslocamentos humanos, os indivíduos e grupos carregavam também seus signos, símbolos e toda a bagagem cultural oriunda dos espaços de onde vieram. Nessa relação, a nova cidade também é carregada de traços e expressões do grupo, individual e coletivamente.

Conforme aponta Paiva (2015, p. 212),

o patrimônio da imigração é composto por um amplo espectro de manifestações culturais das quais fazem parte os museus, as paisagens culturais, as festas e as expressões linguísticas, além de uma variedade de elementos relacionados à materialidade e intangibilidade da cultura. Sua análise pressupõe a abordagem de um conjunto diversificado de elementos [...].

Assim como o patrimônio da imigração, os migrantes nordestinos também carregavam um amplo espectro de manifestações de sua cultura oral, material e simbólica que, ao longo dos anos, foi sendo incorporada ao espaço urbano e se mesclando às construções anteriores por meio da transformação local.

Alguns elementos da cidade podem ser expressos como únicos e singulares nessa correlação; assim, os territórios culturais, como a Feira de São Cristóvão, formados da correlação entre sujeitos, memórias e manifestações migratórias, redesenham e dimensionam novas formas de interação com os lugares que passam a ser “redutos” desses grupos.

Diante da transformação está a conversão dos espaços em mercadorias, nas quais se situa a produção do consumo relacionada ao patrimônio. Luchiari (2005) afirma que a revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo, em que o passado e o lugar revelam algo mercantilizável, e essa tendência global reflete-se num processo de mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais.

Tanto a feira quanto o seu entorno (o bairro de São Cristóvão) favorecem essa interpretação, pois seus signos e manifestações, em formato de objetos de consumo, vão

<sup>16</sup> “Elemento de maior importância para a vida econômica do sertão do século XIX foi a feira. Na feira, o sertanejo vivia sua prática quase autárquica, dada a estreiteza de seus costumes de consumo. A roupa que o sertanejo pobre vestia era feita de algodão da terra, por suas mulheres, em teares primitivos. Esse era o tipo de tecido que se comercializava nas feiras. [...] Ao lado dos agricultores, os artesãos sertanejos expunham sua produção: redes de algodão, instrumentos de couro, louças (cerâmica), chocalhos, urupemas, balaios, facas de ponta, cordas (de malva, caroá, cabelo, agave), brinquedos de algodão, seda, mobília de arame, vassouras, chapéus de palha, facões, artigos de funilaria” (BARROS, 2014, p. 106).

pleiteando novas formas de existir e significar na cidade. Nesse sentido, a seguir se propõe a correlação entre migrantes, identidade, cidade, bairro e agora o turismo e o patrimônio migratório no bairro São Cristóvão.

## OS MIGRANTES, A IDENTIDADE, A CIDADE, O BAIRRO, AS REPRESENTAÇÕES E AGORA O TURISMO E O PATRIMÔNIO MIGRATÓRIO

Stuart Hall (2006) reconhece as mudanças nos comportamentos de formação dos sujeitos em relação às identidades, ao compreender que a vida social vai sendo mediada pelo mercado global, por especificidades, lugares e imagens oriundos dos processos de mercantilização e midiaticização dos patrimônios culturais e demais produções capitalistas contemporâneas. Como pressuposto, os lugares, os territórios e os bens produzidos pelos sujeitos vão se tornando parte da produção de bens e objetos de uso pessoal e comercial, pois,

em se tratando de bens tangíveis, se, por um lado, a “patrimonialização” de um dado objeto reflete, em alguma medida, sua valorização cultural por uma dada sociedade ou grupo social, de outro, desdobra-se, ela mesma, em uma nova forma de valorização desse objeto. Tal perspectiva liga-se, diretamente, à atividade econômica do turismo. Bens materiais patrimonializados, como representantes escolhidos de uma dada herança cultural, tornam-se, frequentemente, objetos de consumo turístico (CRUZ, 2012, p. 98).

Essa mudança de perspectiva dos objetos produzidos transforma as relações dos sujeitos da produção com a sociedade. Na feira, após a transferência da rua para o pavilhão, modificaram-se, significativamente, a produção de estilo e a qualificação dos produtos comercializados ali, assim como se transformaram os gostos, os lugares, o olhar do visitante pelo processo de mercantilização, reconfigurando os produtos – não mais somente voltados ao usuário saudosos de sua terra natal, o migrante – e adequando-os aos gostos de visitantes e “turistas”.

Tal problemática fica evidente na declaração do senhor Leonel (DIAS, L., 2017):

*A feira lá fora era no calçadão de barro, né? As barracas eram cobertas por lonas, amarradas nas árvores, tinha aquele sofrimento danado [...]. Então era terrível, então teve uma evolução, que você hoje tem mais higiene, tem uma estrutura melhor para atender o público e o turista. Com relação lá fora, aqui tem uma estrutura muito melhor<sup>17</sup>.*

Da comercialização do artesanato, do alimento, da gastronomia e demais bens materiais e imateriais, como a música, a dança e o entretenimento, ao gosto produzido, muito foi destoando do que era elaborado pelos pais e avós dos que atualmente permanecem nos espaços da feira.

De acordo com Barros (2014, p. 106), “a feira era o empório onde o matuto vendia diretamente ao consumidor seus produtos, desde os legumes e cereais até as frutas: banana, melancia, abacaxi, laranja, etc.”. Angelo (2017) acrescenta que a institucionalização da feira acabou por padronizar a comercialização dos produtos oriundos do Nordeste; além disso, produziu uma forma de disputa entre os feirantes, em que não há lugar para todos, ou seja, há uma relação de poder, de quem consegue entrar no ritmo e na forma como é administrada a feira em seu contexto contemporâneo.

<sup>17</sup>Na entrevista, o senhor Leonel fala um pouco da sua experiência na feira, da sua mudança para o Rio de Janeiro e das modificações na configuração da feira.

Ennes e Marcon (2014, p. 277), ao traçarem suas perspectivas sobre as identidades e seus processos identitários, criam parâmetros de análise que, de certa forma, auxiliam na compreensão do que ocorre na feira atualmente:

[...] quatro parâmetros a partir dos quais entendemos que os processos identitários podem ser pensados e analisados. Eles envolvem a) os atores sociais de algum modo articulados a grupos, b) os motivos de disputas de pertencimento ou não a tais grupos, c) os elementos morais e normativos que regulam o meio pelos quais estes atores entram em interação pelo que disputam e d) os contextos históricos e sociais nos quais são produzidos e, ao mesmo, contribuem para sua produção.

Com base nessa lógica, percebe-se que os sujeitos vão se articulando na feira de São Cristóvão pelo objetivo coletivo de garantir e afirmar o “lugar do nordestino na cidade”, com a produção de músicas e sonoridades ligadas às tradições de seus estados, sua gastronomia, seus gostos, entre muitos dos atributos da terra natal que, concatenados ao que Ennes e Marcon (2014) salientam, ampliam sua participação enquanto sujeitos sociais da ação, entremeando suas formas de integração, de pertencimento e do próprio senso de coletividade.

Giddens (2003), Canclini (2007), Hall (2006), Bourdieu (1993) e o próprio Bauman (2005), em referência à sociedade e suas relações de poder, são enfáticos no modo relacional com que as identidades se formam com base em referências políticas, ideológicas e econômicas produzidas pelos sujeitos e grupos que geralmente reivindicam suas maneiras de viver o cotidiano, carregadas de sentidos e sentimentos.

As representações culturais (re)criadas na feira participam dessa concepção à medida que, por meio das tradições, dos saberes, da religiosidade e da alimentação, acabam mantendo as referências dos produtos, que, oriundos do Nordeste e seus nove estados, mantêm a lógica do deslocamento, seja dos ingredientes, seja dos produtos finais.

O alimento, por exemplo, forte elemento de identificação do nordestino na cidade, acaba sendo “moldado” ao gosto dos clientes, o que desfavorece a essência da gastronomia típica, pois essa adaptação modifica o que Bourdieu (1993) chama *modus operandi* do *savoir-faire*.

Os saberes, em sua concepção de “saber-fazer”, ou “*savoir-faire*”, carregados de subjetividades nas receitas e nos preceitos de passagem, representam os sujeitos sociais referentes ao Nordeste, da culinária à gastronomia e da formação de sentidos à mercantilização desses saberes, o que acaba transformando o lugar e seus atributos.

Na contraposição desses elementos, (re)construídos e valorizados pela ideia de patrimônio migrante e pelo turismo, Ennes e Marcon (2014, p. 289) trazem a discussão de que “os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização, mas também, por vezes, de transgressão social”. Nessa dimensão, faz-se necessário repensar os “usos” dessa lógica nos lugares onde são elaboradas as relações de poder, seja na feira, seja em seu entorno, que, mediante outra lógica de patrimonialização, também gera um produto para que a feira se mantenha viva.

As relações que vão sendo estabelecidas pelos feirantes, forças e hierarquias ali desenvolvidas acabam definindo quais são os produtos escolhidos para comercialização e, nesse sentido, definem o que é “relevante e vendável” e o que não é – processo excludente que favorece grupos dentro do próprio grupo, enquanto “Nordeste”.

No atual pavilhão, existem nessa articulação as formas de “vender” os produtos nordestinos aos turistas e, ao mesmo tempo, de forjar as identidades por meio de um conceito inventado por seus protagonistas e defendido por todos como “unânime”, mas na essência é planejado e escolhido. Assim, passa-se a expressar uma “unidade”, revelada na história, nas memórias e, mais especialmente, nos produtos comercializados.

Quando questionados sobre a formação da feira, todos os entrevistados têm uma ideia muito próxima de construção imaginária sobre o processo, seja por conta das histórias que cresceram ouvindo, seja pela própria experiência nesse contexto de “unidade”. Seus discursos são alinhados e produzidos em defesa do nordestino na cidade, pois levam uma caracterização que os identifica nesse lugar do outro, ou seja, “chegam com muitas dificuldades e constroem o seu lugar na feira” – expressão frequente entre os feirantes.

Nesse contexto, o território constrói-se como espaço de sociabilidade, de luta e de identificação, no qual a manutenção das intenções é efetivada por meio de inúmeros fatores, a começar pela questão da rentabilidade na sociedade contemporânea, ávida por recompensas de toda espécie, além dos discursos produzidos sobre o passado e sobre o futuro das imagens projetadas de si na sociedade e assumidas pelo economicismo ou pela intenção de participar do meio de produção cultural.

Nessa interlocução, alguns migrantes expressam suas experiências, como é o caso do senhor José Diniz dos Santos ao abordar a questão da vinda e assentamento na feira, destacando as dificuldades de organização da vida cotidiana, entremeada por sofrimento e falta de estrutura.

*[...] lá fora era um pouco sofrido, quando chovia era muita poeira, muita coisa. [...] às vezes molhava até a mercadoria. [...] Tinha um vizinho lá que era português e trabalhava com panela. Muitas vezes, eu que tinha que ajudar a pegar as panela dele que ficava boiando, porque enchia muito, eu cansei de botar meu filho em cima do tabuleiro também pra água não levar. Olha, eu só comecei em 1978, mais ou menos, [...], aí eu via que as coisas realmente estavam bem apertadas, [...] coisa toda foi bem difícil (SANTOS, 2016)<sup>18</sup>.*

A depoente conhecida como Chiquita na feira de São Cristóvão também destaca as dificuldades, sempre permeadas de luta na construção do lugar desses migrantes na cidade e inclusão nesse território, por eles definido e abraçado:

*Eu comecei na feira em 1979. A feira era só aos domingos, [...] e com o tempo a feira foi aumentando, aí nós passamos a trabalhar um período sábado, depois de um tempo passamos a trabalhar sexta-feira e de forma que a feira foi crescendo desordenada, ficou uma feira muito grande [...]. Tinha muita crítica [...] à feira que era na parte externa, não tinha muita higiene, não tinha banheiros, era muito complicado. Sendo que [...] começaram a fazer um shopping dentro do pavilhão e chegaram até comercializar lojas. Quando começaram a fazer o shopping, foram muito agressivos, não queriam a feira como vizinho, que era na parte externa, e chegaram a pôr tapume ao redor de todo pavilhão, [...] a gente queria armar a barraca e não podia. Até que nós pegamos e lutamos para que tivesse o espaço garantido lá fora para nós. [...] foram várias as pessoas que ficaram sensibilizadas pela nossa situação, e tem um fato que nunca me esqueci: [...] um dia Joãozinho 30 falou que todo mundo se interessava pelo pavilhão e não queria nós como vizinhos, então nós feirantes tinha que lutar e brigar para ficar com o pavilhão (DIAS, F., 2017)<sup>19</sup>.*

<sup>18</sup> José Diniz dos Santos é maranhense nascido em 23/11/1947. Chegou à feira em 1971 e desde então é feirante. Começou a trabalhar no exterior do pavilhão até a sua construção e finalização, quando entrou para o rol dos empreendedores do interior dele.

<sup>19</sup> Francisca Alda Hortência Dias, conhecida como Chiquita, é proprietária do restaurante Barraca da Chiquita, na Feira de São Cristóvão, e começou a trabalhar na feira em 1979, antes de existir o pavilhão. Nascida no sertão do Ceará, contou um pouco sobre a sua vinda e as transformações da feira durante sua vida.

Sobre as experiências dos sujeitos da feira<sup>20</sup>, uma memória coletiva é ativada “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Essa ativação, além de motivar o grupo a continuar a lutar pela valorização das identidades, muitas vezes transformada pela mercantilização e espetacularização de lugares, sujeitos e objetos, ao mesmo tempo é uma forma de ser e estar na localidade enquanto partícipe do processo de criação das diferenças, da própria diversidade.

Bourdieu (1993) analisa a imagem equivocada e estereotipada das regiões formadas pelas periferias, e, nesse contexto, tenta perceber o que se constrói enquanto imagem dos “problemas periféricos da cidade”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica à estigmatização dos lugares periféricos, ocupados pelos mais pobres, no caso analisado o bairro e a Feira de São Cristóvão, ocupados pelos migrantes nordestinos, numa proporção significativa, afirma conexões com a ideia de coexistência para viver na cidade, e essa diversidade engloba o que se entende por ser “nordestino” na cidade do Rio de Janeiro.

A história dos migrantes e da migração nordestina faz parte não somente da história do Rio de Janeiro, mas do “olhar” criado sobre essa cidade, tanto das áreas periféricas quanto das áreas privilegiadas, que, em conjunto, formulam seus conceitos e preconceitos acerca das imagens já estereotipadas do que é ser “nordestino” no Rio de Janeiro.

A referência sobre ser nordestino no Rio de Janeiro se comporta como delimitadora de espaços e sujeitos que divergem e convergem em momentos distintos para a conformação das identidades, muitas vezes forjadas. Assim, o nordestino (re)configura-se nesses territórios de contrastes, de memórias e de múltiplos sentidos dos sujeitos que trouxeram para a cidade e para o bairro esse ar de “diferente”, de “singular” e de “plural”, amplamente difundido como “patrimônio nordestino na cidade”.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, maio-ago. 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ANGELO, E. R. B. Território dos nordestinos no Rio de Janeiro: experiências e testemunhos. In: ANGELO, E. R. B.; BARROS, L. O. C. (org.). **Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. v. 1, p. 72-95.

ANJOS, M. **Local/global: arte em trânsito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

AZEVEDO, A. N. de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, A. N. de. (org.). Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ-SR3/Departamento Cultural, 2002. p. 45-64.

AZEVEDO, A. N. de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. **Tempos Históricos**, v. 19, p. 151-183, 2º sem. 2015.

<sup>20</sup>Essa concepção de feira de rua é defendida por Luitgarde Barros, na obra que analisa comportamentos dos nordestinos, entre eles o da feira.

- BARROS, L. O. C. **Juazeiro do Padre Cícero**: a terra da mãe de Deus. Fortaleza: IMEPH, 2014.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BOURDIEU, P. **La misère du monde**. Edition de Poche. Paris: Seuil, 1993.
- BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: IEA, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio-ago. 2006.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- CARVALHO, L. de A. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- CRUZ, R. de C. A. da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, 2012.
- DIAS, F. A. H. **Francisca Alda Hortência Dias**: entrevista [10 mar. 2017, Rio de Janeiro]. Entrevista concedida no seu restaurante, Barraca da Chiquita. Rio de Janeiro, 2017.
- DIAS, L. H. **Leonel Hortêncio Dias**: entrevista [10 mar. 2017, Rio de Janeiro]. Entrevista concedida no restaurante Barraca da Chiquita. Rio de Janeiro, 2017.
- ENNES, M. A.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 274-305, jan.-abr. 2014.
- FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. Organização e apresentação de Fátima Quintas. 7. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1996.
- FREYRE, G. **Nordeste**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Fundarpe, 1985.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Microdados do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Microdados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- LAMARÃO, S. T. de N. **Dos trapiches ao Porto**. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1986.
- LEMOS, A. Mídia locativa e território informacional. In: ARANTES, P.; SANTAELLA, L. **Estéticas tecnológicas**. Novos modos de sentir. São Paulo: Editora Educ, 2008.

LESSA, C. À guisa de introdução. A longa marcha pela construção da cidadania. In: LESSA, C. (org.). **Enciclopédia da brasilidade**. Auto-estima em verde e amarelo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. Uma reflexão em busca da auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia – Revista de Pós-Graduação em Geografia**, n. 15, 2005.

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. Federalismo no Brasil. São Paulo: Unesp, 1995.

NEMER, S. R. B. **Feira de São Cristóvão**: contando histórias, tecendo memórias. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. de M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.

PAIVA, O. da C. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 211-237, jul.-dez. 2015.

PANDOLFO, M. L. M. **Feira de São Cristóvão**: a reconstrução do nordestino num mundo de paraibas e nortistas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/8998>. Acesso em: jun. 2018.

PORTELLI, A. História oral como gênero. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 9-36, jan.-jun. 2001.

RUA, J. Paus-de-arara e pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI. **GeolNova**, n. 8, p. 201-229, 2003.

SANTOS, J. D. dos. **José Diniz dos Santos**: entrevista [23 nov. 2016, Rio de Janeiro]. Entrevista concedida a Gabriel Almeida em loja na Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 2016.

SIMMEL, G. **Philosophie de l'argent**. Paris: PUF, 1977.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, J. N. A exclusão pela urbanização favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 35-63, maio-ago. 2003.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano: glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 105-119.

VALIM, A. **Migrações**: da perda da terra à exclusão social. 2. ed. São Paulo: Atual, 1996.